

DILEMAS E DESAFIOS DOS MOVIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS NO GOVERNO LULA 3: ENTREVISTA COM ADRIANA RAMOS – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Dilemmas and challenges of socioenvironmental movements in the Lula 3 government: interview with Adriana Ramos – Socioenvironmental Institute

Denise Vitale

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA), Salvador, BA, Brasil.

Danielle Hanna Rached

Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), São Paulo, SP, Brasil.

Informações da entrevista

Recebido em 04/10/2023

Aceito em 29/03/2024

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n261.p12-26>

Copyright (c) 2024 Denise Vitale e Danielle Hanna Rached.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Apoio

As organizadoras agradecem o apoio do CNPQ, processo #405846/2021-5, que financiou parte dos artigos do dossiê.

Como ser citado (modelo ABNT)

VITALE, Denise; RACHED, Danielle Hanna. Dilemas e desafios dos movimentos socioambientais no Governo Lula 3: Entrevista com Adriana Ramos - Instituto Socioambiental. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador/Recife, v. 49, n. 261, p. 12-26, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n261.p12-26>.

Resumo

Entrevista realizada pelas organizadoras do Dossiê Justiça Climática, Organizações Internacionais e Cooperação: desafios para a Agenda 2030 no Brasil, Denise Vitale e Danielle Hanna Rached, em 4 de outubro, de 2023, com Adriana Ramos, assessora política e membro do Conselho de Gestão Estratégica do Instituto Socioambiental, o ISA. Dilemas e desafios dos movimentos socioambientais no Governo Lula 3: entrevista com Adriana Ramos – Instituto Socioambiental discute temas centrais para a política socioambiental brasileira, passando por análises conceituais relevantes, pela mudança de conjuntura política pelos desafios dos processos nacional e internacional, pelas tensões internas do Executivo e pela delicada relação com o Legislativo e com o Judiciário. Esperamos ser um convite para um mergulho no panorama político socioambiental e no interesse por refletir sobre as possibilidades de seu aprofundamento.

Palavras-chave: Justiça Climática. Movimentos Socioambientais. Política Socioambiental.

Abstract

Interview conducted by the organizers of the Dossier on Climate Justice, International Organizations, and Cooperation: Challenges for the 2030 Agenda in Brazil, Denise Vitale and Danielle Hanna Rached, on October 4, 2023, with Adriana Ramos, political advisor and member of the Strategic Management Council of the Socio-Environmental Institute (ISA). The dilemmas and challenges facing socio-environmental movements under the Lula 3 government are discussed in this interview with Adriana Ramos, who addresses central themes for Brazilian socio-environmental policy. The conversation covers important conceptual analyses, the shift in the political context, the challenges of national and international processes, the internal tensions within the Executive branch, and the delicate relationship with the Legislative and Judicial branches. We hope this serves as an invitation to delve into the socio-environmental political landscape and encourages reflection on possibilities for further exploration.

Keywords: Climate Justice. Socio-environmental Movements. Socio-environmental Policy.

O Dossiê "*Justiça climática, Organizações Internacionais e Cooperação: desafios para a Agenda 2030 no Brasil*" escolheu, como um de seus artigos, a publicação na íntegra da instigante e esclarecedora entrevista que as organizadoras realizaram com Adriana Ramos,

assessora política e membro do Conselho de Gestão Estratégica do Instituto Socioambiental, o ISA, em 04 de outubro de 2023. Adriana Ramos integra a equipe do ISA desde sua fundação em 1994, há exatos trinta anos, e acompanha, ao longo dessas três décadas a agenda socioambiental brasileira com uma percepção crítica muito apurada. Formada em Comunicação, Adriana coordena o Programa de Política e Direito Socioambiental do ISA, integra a coordenação do Observatório do Clima e do conselho de várias organizações. Foi parte da Direção Executiva da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e no Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA). No ISA, Adriana tem como norte fomentar a missão da instituição, calcada na proteção do meio ambiente e na garantia dos direitos das populações que vivem e preservam seus territórios. A entrevista discute temas centrais para a política socioambiental brasileira, passando por análises conceituais relevantes, pela mudança de conjuntura política pelos desafios dos processos nacional e internacional, pelas tensões internas do Executivo e pela delicada relação com o Legislativo e com o Judiciário. Esperamos ser um convite para um mergulho no panorama político socioambiental e no interesse por refletir sobre as possibilidades de seu aprofundamento.

DD (Denise e Danielle) – Boa tarde, Adriana, obrigada por nos receber aqui no ISA, é um prazer estar aqui conversando com você para compreendermos melhor esse momento da agenda socioambiental no mundo, mas sobretudo no Brasil. Gostaríamos de começar com uma pergunta um pouco mais conceitual, que tem norteado nossas pesquisas acadêmicas. Na sua avaliação, como a sociedade civil compreende o conceito de justiça climática?

AR (Adriana Ramos) – Eu entendo que a maioria de nós que trabalhamos muito com projetos, estando no campo da sociedade civil, problematizamos os conceitos no limite da necessidade. Como nosso foco é a ação prática, nem sempre discutimos muito conceituação, partimos direto para a mão na massa. Então, trabalhamos com os conceitos conforme eles surgem, muitas vezes na academia ou no campo da cooperação. Nesse caso específico, o conceito de justiça climática ajuda a trazer para o debate a forma como os diferentes atores sociais sofrem o impacto das mudanças climáticas, e isso é muito necessário. Embora ele seja um conceito assim, mais “lavadinho e passadinho”, para ficar mais confortável e mais palatável. Porque, no caso do Brasil, especialmente, eu acho que a gente tem que trabalhar com a lógica do racismo ambiental mesmo, que ela é mais forte. Então, eu vejo o conceito da justiça climática como esse conceito ajeitadinho para a gente poder chegar no que interessa, que é discutir quem sofre mais, e como é que você lida com aqueles que são mais vulnerabilizados. Ele é um conceito que cabe no debate de todo mundo, porque tem gente que se você for tratar na perspectiva do racismo ambiental ou de outras formas que explicitam mais a coisa da opressão, da exploração, a turma vaza. Então, vamos com ele né?

DD – Podemos dizer que a sociedade civil tem uma visão mais pragmática do uso de conceitos como esse?

AR – Sim, precisamos trabalhar com o possível. Como não somos da academia, não é nosso papel ficar aprofundando debate conceitual, a gente usa da maneira que pode usar. Recentemente em um seminário do STF sobre justiça climática me convidaram para fazer “uma fala de um ambientalista”, então eu fui lá e falei de racismo ambiental. Não vou ficar discutindo, nem toquei no assunto, eu só falei que falar de justiça climática no Brasil é olhar para as questões que, na verdade, estão associadas à vulnerabilização dos de sempre. E aí falei de racismo ambiental, como se não fizesse nenhuma diferença em relação a um conceito. Em outras palavras, não sei o que vocês querem ouvir, mas é o que eu tenho para dizer, é isso...

DD – Na nossa pesquisa, nós estamos tentando compreender como o conceito de justiça climática é compreendido pelos diversos atores, como os movimentos sociais, as ONGs, o governo...percebemos que o termo é muito pouco usado ou até evitado pelo governo e pelas organizações internacionais...na governança global ambiental o que ainda prevalece é o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, no entanto não se fala em justiça. A impressão é que falar em justiça gera um forte receio porque o termo remete a uma perspectiva redistributiva. Você concorda com essa impressão?

AR – Sim, porque os órgãos governamentais sabem que há um limite claro, que as possibilidades são limitadas. Ou se afirma que se faz justiça ou se reconhece que tem desigualdade. As duas coisas, fica difícil. É compreensível. Trazer desse conceito de Justiça Climática para ser o conceito *mainstream* é uma forma de diminuir os questionamentos sobre os outros. Quer dizer, esse questionamento fica para academia, fica para os movimentos sociais, mas ali, no universo das políticas públicas, vai se trabalhar com o conceito que é menos polêmico, isso é natural.

DD – Mas, no conceito de racismo ambiental, como é que entra a questão de gênero? Porque na ideia de justiça cabem todas as vulnerabilidades, na ideia de racismo ambiental o foco é étnico-racial.

AR – O fato de caracterizar como racismo ambiental permite entrar na questão da interseccionalidade... Minha percepção é mais da prática, não estou teorizando muito, mas o fato de você caracterizar como racismo ambiental não significa dizer que as diferentes interseccionalidades e as maiores vulnerabilidades não são identificadas. O Grupo de Trabalho de Gênero do Observatório do Clima fez um trabalho sobre isso. O fato de você tratar com o tema do racismo não inviabiliza você reconhecer como a interseccionalidade opera e ter uma visão para a questão das mulheres. É uma questão de como cada instituição, digamos, se apropria e usa isso, mas eu acho que mesmo nas análises, por exemplo, sobre vulnerabilidade de comunidades, impactos de desastres sobre comunidades que são feitas na perspectiva do racismo ambiental, tem um lugar para destacar o impacto disso sobre as

mulheres, acho que não necessariamente vai invisibilizar.

DD – E a ideia do racismo é de enfatizar ou de chamar atenção, ou de destacar uma questão de exclusão histórica e todas suas consequências...

AR – Exatamente. Porque quando você vai lidar, principalmente, com essas questões de impacto a partir dos desastres causados pelas mudanças climáticas esse recorte é inevitável. Quer dizer, quem é que está nas regiões de mais risco? Quem é que tem menos acesso a saneamento básico e mais situação de vulnerabilidade para ser atingido por isso? E a questão do racismo é mais flagrante, sobretudo entre povos indígenas, quilombolas e população periféricas, negras. Você pega agora, por exemplo, a seca no Amazonas. Os primeiros afetados são as populações ribeirinhas, porque elas ficam sem o potencial da pesca e na dependência de um abastecimento que depende de barco para tudo, porque até a energia deles vem de diesel. Enquanto se você pegar a população que tem mais dinheiro vai pagar o avião para vir para cidade e não depender do transporte tradicional. Tem um recorte aí de classe muito forte, que no caso do Brasil tem uma sobreposição total com a questão da raça.

DD – Como você avalia a mudança do governo? Nós saímos de um governo negacionista e com uma política claramente anti-indígena, anti-clima e anti-gênero para um governo que fomenta os direitos indígenas, a proteção socioambiental e os direitos das mulheres. Após quase um ano de governo, como podemos compreender esse período? Por outro lado, como podemos entender o discurso do Lula, muito pautado pela justiça climática, pela preservação da Amazônia e a internacionalização desse discurso no plano doméstico?

AR – Primeiro, de uma maneira muito positiva, eu acho que a gente ter deixado o negacionismo escancarado para trás e ter assumido essa pauta como uma pauta prioritária, independente de qual a motivação em torno disso, é extremamente positivo para nós. Esse é o primeiro ponto.

Eu acho que o Lula viu duas coisas no processo eleitoral. Primeiro que virou um tema muito forte de oposição ao Bolsonaro, porque era um tema em que o Bolsonaro era muito vocal, em que tudo o que ele fez foi para o mal, contra o interesse das populações e o interesse público do meio ambiente. Então, o discurso do Lula para se contrapor ao Bolsonaro precisava ser muito consistente nesse tema. E é um tema em que há muitas pesquisas de opinião (Ibope, Datafolha etc) e todas elas demonstram que historicamente, no Brasil, a visão da população, de forma difusa, é de apoio aos indígenas e ao meio ambiente. Quando se pergunta no detalhe, há diferenças, mas difusamente, genericamente, a sociedade brasileira se importa e tem uma visão positiva das questões ambientais e da questão indígena. Claro que na hora que as decisões vão sendo tomadas há gradações, mas genericamente, os posicionamentos são esses. A gente fez uma pesquisa uma vez, se as pessoas eram favoráveis à mineração em terras indígenas e quase 90% é contra. São números assim. Então eu acho que eles caminharam por aí, porque era uma comunicação fácil de uma oposição ao Bolsonaro, numa

coisa que o Bolsonaro foi muito perverso. Além do mais, o Lula sabe, desde que ele foi presidente da outra vez, que esse é um dos temas no qual o Brasil pode ter verdadeiro destaque internacional. Esse é um tema no qual o Brasil tem poucos concorrentes internacionalmente para se destacar como liderança, porque não vai ser por outro assunto que o país será um líder reconhecido globalmente. Então acho que o Lula abraçou essas duas coisas. Mas obviamente, como não é um especialista, a noção dele sobre o que é que significa isso depois, nas decisões que ele teria que tomar, não estava muito evidente. E agora esse preço vai chegar. Porque a gente tem dentro dos grupos internos ao governo, no partido do Lula, o grupo que é mais desenvolvimentista e que faz mais oposição à própria Marina, tanto pela questão ambiental quanto pelo fato dela ter saído do PT e todo o ranço dessa história, São setores do PT que estão ali, no topo na liderança do Congresso e na Casa Civil. Então, agora esses compromissos públicos do Lula vão começar a cobrar o seu preço e é inevitável, né? O maior símbolo disso foi quando ele chegou em Belém para a Cúpula da Amazônia, quando um jornalista foi perguntar para ele sobre o petróleo na Foz do Amazonas. Ele falou, "eu não vim aqui falar disso." Eu ri e pensei, o que ele acha? Que domina a pauta, que ele vai limitar o que ele vai falar? Aí veio o presidente da Colômbia e falou "não, nós vamos falar disso sim" e botou ele numa saia justa. Inclusive criando um impasse diplomático para várias coisas na sequência disso. Então o que eu vejo hoje é que, mais do que nunca, mais do que já foi em outros governos, isso vai ser uma disputa interna muito pesada dentro do governo. Vai depender muito da forma como o movimento social dialoga e vai depender muito de como o cenário internacional se posiciona também. O Lula é um cara muito esperto e muito sortudo, então a gente já tem uma redução de desmatamento que deu uma folga para ele poder falar sobre isso, mas a própria sustentação dessa redução de desmatamento vai depender de um conjunto de detalhamentos de políticas que estão cobrando preço aí. A gente está vendo, por exemplo, que toda a pauta socioambiental está entrando na negociação da construção da base de uma forma muito ruim. A gente viu o que aconteceu na aprovação da medida provisória de estruturação do governo em que as questões indígenas e ambientais foram as primeiras que foram rifadas e a gente tem vários elementos que demonstram isso, sim!

DD – Sim, sobretudo pela força atual da base ruralista....

AR – É, e dessa liderança desenvolvimentista dentro do próprio governo. Então isso vai chegar, vai começar a trazer situações de impasse, nas quais o Lula vai ser pressionado pela sociedade. Hoje, por exemplo, está previsto na Câmara a discussão dos vetos que ele fez à medida provisória. O Ministério do Meio Ambiente perdeu várias áreas e o Lula vetou quase tudo. Ele restituiu ao MMA quase todas as áreas que eles tinham perdido na discussão da medida provisória. Mas agora esse veto volta para a Câmara essa semana e aí a gente vai ver como é que vai ser. Então eu acho que vai ser esse jogo de estica e puxa daqui pro fim do governo e aí vamos ver, vai ter que ser um caso a caso, mas se o Lula quiser chegar na COP 30 mesmo, fazer esse auê que eles estão querendo fazer, ele e o Helder Barbalho vão ter que dançar com o sapatinho, porque não é assim. Não é só sair dizendo que vai fazer, é uma área

onde você tem muito conhecimento, muito controle social, muitos indicadores. Tem coisas muito objetivas. Então, tem um limite. A mentira tem perna curta nesse assunto.

DD – Tocando nesse ponto da qualificação da sociedade civil na área socioambiental, como você analisa a capacidade da sociedade civil de pressão sobre o governo, para empurrar o governo para a implementação do discurso socioambiental? Além da maior simpatia política da sociedade civil pelo governo, há uma parcela que está no governo...

AR – A gente não pode perder de vista primeiro o que a gente aprendeu de lição quando a gente foi sociedade civil no governo do PT antes. Muita coisa a gente perdeu porque deixou que a parte da sociedade civil que estava dentro do governo pautasse como a gente devia se movimentar. Então acho que tem uma coisa aí da independência que a gente precisa se segurar. Quer dizer, eu acho que a gente está se segurando em duas coisas. Primeiro, no que o Lula disse para a gente no 5 de junho do ano passado, ainda na campanha, quando ele disse, “você vão ter que me pressionar”. Estou usando essa máxima, então não tem, não dá para passar pano... tem que equalizar às vezes a forma de fazer, porque ninguém quer ficar dando alimento para a extrema-direita. Mas, não pode deixar de pressionar. Isso é uma coisa. A outra coisa, é que eu acho que os próprios movimentos também que tiveram essa experiência nos governos Lula anteriores tem hoje uma visão diferente. Eu vejo como o movimento indígena tem discutido a questão da interação com o governo. Então tem um aprendizado que eu espero que funcione. A gente não vai ganhar no atacado, haverá muitas negociações. Ao mesmo tempo é preciso lidar com duas oposições dentro da esquerda que são muito presentes e se aliam “contra” o campo socioambiental. Primeiro, é o histórico chão de fábrica, com a economia de combustíveis fósseis, sindicalismo dos petroleiros, metalúrgicos. Para boa parte desses setores, meio ambiente é coisa de burguesia, de classe média urbana, uma visão ainda dissociada entre economia e meio ambiente. Por outro lado, há a turma que acha que tudo que se fala em nome de minoria é identitarismo. Então esses dois grupos se juntam contra os socioambientalistas nesse momento. Dentro do campo progressista, esse é o nosso maior problema, porque o fato de você ter demandas, extensão dos quilombolas, dos indígenas e tal, não pode ser marginalizado porque é identitarismo. E a questão ambiental deixou de ser uma questão pequena burguesa já há muito tempo. Também não dá para dizer que a questão ambiental não tem a ver com classe. É um processo, a gente brinca que é inimigo de todo mundo... (risos). A gente precisa se fortalecer nos consensos científicos, nas necessidades, e eu acho que hoje tem uma característica muito diferente. Hoje, como a emergência climática e os impactos dos conflitos socioambientais estão já disseminados, há muitos movimentos sociais que já adotaram essa temática como uma questão central.

DD – Talvez possamos dizer que a questão socioambiental e climática já está bem mais internalizada nos diversos espectros da luta política?

AR – Sim, hoje há uma postura totalmente diferente. Porque na época dos outros governos do Lula, até no governo Dilma, quando estava o início da discussão sobre Belo Monte, por exemplo, apesar de Belo Monte ser um absurdo, em muitos momentos que estávamos na luta contra Belo Monte, os demais movimentos não se manifestavam. Porque a relação com o governo tinha outras questões. E agora eu acho que as questões ambientais já se escancararam de uma tal maneira que ninguém coloca isso em segundo plano. Então penso que isso vai mudar na posição dos próprios movimentos sociais. Teremos alguns testes, como a discussão do agrotóxico no Congresso vai ser uma mega teste, é uma agenda que, para o MST sempre foi fortíssima, é uma agenda forte para a turma da saúde e o governo está sinalizando que pode entregar assim, está botando numa roda para negociar. Hoje saiu da pauta porque o agronegócio não ficou satisfeito com tudo que levou. Vão ser brigas bem pesadas e que aí a gente vai ver. Duvido que o MST numa situação como essa, por exemplo, vai passar a mão na cabeça do governo de ter negociado isso.

DD – Você participou da Cúpula de Belém, em agosto de 2023? Como você avalia os Diálogos que precederam a Cúpula? Houve uma separação entre os Diálogos da sociedade civil e a Cúpula oficial, não?

AR – O governo reproduziu um modelo que eles fizeram na Rio +20, que é um modelo muito capcioso. Por quê? Porque a Cúpula não tem participação da sociedade civil, apesar do Lula ter falado que ia ter, ele falou que ia ter pensando num evento mais amplo. Aí, o que eles fazem? Eles criam nessa lógica dos diálogos, que eles dizem que é um evento da sociedade, mas que o governo domina. Quem organizou foi a Secretaria geral da presidência e eles chamaram algumas organizações para fazer parte de um certo comitê ali. Produzem o espaço dos diálogos com algumas plenárias e garantem que o governo tenha uma presença forte - até porque muitas lideranças da sociedade estão no governo. Fazem essas mega plenárias que têm relatores da sociedade civil, mas, no final, manejam e eles fecham os relatórios, inclusive alterando coisas que a sociedade civil propôs. Então, é uma estratégia. Mas, considerando o curto prazo que a gente teve para organizar a Cúpula, foi ótimo, para juntar gente, mobilizar, após anos bem complicados. Ter o evento dos Diálogos abertos em Belém, foi ótimo. Mas jamais os Diálogos poderiam ter sido colocados como um espaço de participação da sociedade civil para o debate da Cúpula, porque ele foi mediado pelo governo.

DD – Que outras limitações você apontaria?

AR – Eu acho que é um problema nosso, de sociedade civil, porque a gente não pode se limitar a esse modelo. Uma coisa é o governo realizar uma série de diálogos. Beleza, são diálogos do governo com a sociedade. A gente deve participar. Uma outra coisa é como é que a gente se organiza para pautar a nossa voz dentro desses espaços. Como no caso da Cúpula da Amazônia nunca teve participação, a gente ficou meio rendido mesmo, não teve muito para

onde ir. Então agora, por exemplo, uma das coisas que a Declaração estabelece é que a OTCA tenha espaços de participação. Aí certamente, num outro momento, você vai ter uma outra dinâmica. Se o governo tentar fazer uma coisa igual na COP, porque foi a mesma coisa que eles fizeram no Rio + 20, não será possível porque vão esbarrar numa outra realidade que é o fato de você ter uma sociedade civil global que atua no tema de clima, que já está acostumado a participar, de uma outra maneira nas COPs e que vai participar dessa outra maneira. Então eles vão até tentar controlar a sociedade civil brasileira, mas não vão conseguir fazer isso com a sociedade civil global. Mas é isso, é uma participação “paralela”. É um espaço de conversa que, como espaço de conversa, é muito legal, mas como espaço para garantir a voz da sociedade civil dentro da Cúpula, não, porque isso não poderia ser mediado pelo governo brasileiro.

DD – Continuando no tema da participação, como você avalia os espaços participativos no governo Lula 3? Essas limitações da Cúpula de Belém seriam representativas de uma estrutura mais ampla?

AR – Eu acho que a Cúpula foi um caso à parte. No âmbito nacional, a gente está tendo espaço participativo, sim, porque está tendo a retomada dos espaços formais, os conselhos e comissões; há espaços específicos que estão sendo criados para diálogo sobre ações específicas; há também as consultas que voltaram a ser feitas. Então eu acho que na relação com o governo brasileiro, na agenda nacional, pelo menos nas temáticas socioambientais, a gente tem tido espaços abertos para interação. No caso da Cúpula, foi uma coisa diferente, porque o governo quis mediar o que ia para o debate internacional, se aproveitando do fato de que a gente não tem assento lá dentro. E aí, como eles fizeram isso e de uma certa forma passou, não houve questionamentos na mídia, não houve denúncia. Porque ainda há também um certo receio de que não podemos nos fragilizar. Quer dizer, fica complicado fazer uma crítica como essa, até porque, nesse caso específico tem uma sombra, já que muitas organizações que participaram foram indicadas pelo governo. O próprio espaço dessa coordenação que foi criada deveria ter sido um espaço em que a sociedade escolhesse os seus representantes, não um espaço em que o governo convida quem ele quer.

DD – Como que você avalia o Ministério do Meio Ambiente hoje, com a ministra Marina Silva?

AR – A Marina, pra mim é sempre uma pessoa surpreendente. Eu brincava, quando as pessoas diziam assim pra mim “A fala da Marina hoje foi maravilhosa!” Eu dizia, “Vem cá, quando tiver um outro ministro que fizer uma fala assim tão legal sobre esse assunto, você me avisa!” (risos). Porque todas as falas delas são incríveis! Eu acho que ela vem com muita força, ela está muito ciosa do contexto, não é? Eu estava comentando que a gente está se baseando em duas coisas, uma delas é o compromisso do Lula e enquanto o Lula continuar repetindo esses compromissos, é dele que a gente tem que cobrar algum tipo de coerência. A Marina está muito ciosa nessa missão. Ela está ali e enquanto o compromisso dele com ela

for aquele. Vai ter alguns sinais negativos, sim, mas vai ter alguns sinais positivos. Então, o fato dele ter vetado essa história na medida provisória é um sinal positivo. O fato da BR 319 não ter entrado no PAC é um sinal positivo, então tem várias coisas aonde a coisa parece que vai bem e vai ter outras coisas que vão ser disputas. Eu acho que o Ministério do Meio Ambiente, com todas as limitações, conseguiu, e rapidamente, botar uma agenda na mesa. Claro que o desmatamento é uma coisa que sempre puxa mais, mas eles estão conseguindo, abriram a discussão do Plano Nacional de Adaptação, conseguiram pautar no Ministério da Economia com o Plano de Transformação Ecológica. Então eu acho que ela vai bem. Tem muitas fragilidades ali, também, e a questão da articulação política vai mal no governo como um todo.

DD – Temos ouvido em outras entrevistas a dificuldade da articulação política, dentro do próprio governo e com o Legislativo.

AR – É, o governo está pagando para não levar, né? Muita gente avalia que o governo está negociando pra montar a base ali, está “pagando”, mas não levou o marco temporal. Mas o governo não quis levar o marco temporal. Então também tem que olhar isso, quer dizer, tem coisas que o governo não está levando e tem coisas que o governo não está fazendo esforço para levar.

DD – Esse é um ponto importante, assim é porque o marco temporal, como foi passado no Congresso, é bastante perigoso.

AR – Ele é muito perigoso, Lula vai ter que vetar. Não tem caminho para ele. Ele vai ter que vetar. Ele vai vetar, ancorado no fato de que o Supremo já derrubou e vai derrubar de novo, embora a decisão do Supremo também ter sido ruim. Mas isso é um outro elemento. Quer dizer, nessa temática, é como a gente está vendo, por exemplo, na história de agrotóxicos, o projeto foi adiante para ser levado numa negociação com o governo. Então, o que a gente está vendo é que a articulação, no geral, é ruim. E para a área ambiental, ela é péssima. Ela é pior. Por quê? Porque os articuladores do governo no Congresso hoje não articulam positivamente para agenda ambiental.

DD – Mas o Lula não percebe essas contradições? Não seria coerente esforçar-se para uma pauta tão prioritária?

AR – O Lula vai ver as pessoas brigando entre elas, esses conflitos que têm dentro do PT e tal, ele não tem problema com isso não... Ele fica mais meio que esperando para vir para aquele lado, para ver para onde a balança pende e ver para onde ele vai se manifestar. Então é claro que ele sabe, imagina, ele tem o líder do governo para o Congresso, que era aliado mas que já saiu do partido da Ministra do Meio Ambiente. A liderança do governo no Senado comemorou a MP que retalhou o MMA. Ele sabe, mas, por exemplo, ele vetou esses

dispositivos da medida provisória, e ninguém achava que ele ia vetar. Foi uma combinação dele com a Marina. Ele assumiu o lado, então ele deixa a coisa ir até o final do esticar a corda.

DD – É um jeito também dele, de fazer política, de organizar os próprios conflitos internos. Essa visão do marco temporal das terras indígenas deixarem de ser terras indígenas é assustador...

AR – Assustador é tudo, ali não tem nada. A gente estava discutindo todo dia aqui, as pessoas dizendo “ah, o Lula não pode fazer veto integral” Eu falei, tá, e ele vai deixar o quê?¹

DD – Nesse caso há também uma divergência no discurso do Lula em relação ao que ele promete no plano internacional e suas possibilidades no plano doméstico. Parece que ele não contabiliza a hostilidade ambiental do Congresso, que é um ator muito relevante naquilo que ele vai entregar...

AR – Então, mas aí, aí eu acho que, na verdade, a conta que ele faz é a seguinte: por que o Lula precisa ter um Congresso tão hegemônico? Por que ele precisa garantir no atacado uma maioria para tudo, né? Eu acho que ele faz essa conta aí, que ele vai garantir uma base ali, uma maioria para tudo... vai liberar aquilo que ele precisa para cumprir os compromissos dele como grande líder global e vai entregar no resto. Talvez o que ele não tivesse na conta é que a maior parte do centrão é bancada ruralista e a principal agenda deles é exatamente essa que ele vai entregar.

DD – Ah, mas não tem como não perceber isso, a visão arcaica da maior parte do agronegócio...

AR – Ai, não sei, às vezes eu acho que esse discurso ambiental engana muito, porque você não ouve ninguém do agronegócio dizer que é a favor do desmatamento. Você vê o agronegócio falar que é contra o marco temporal por causa da segurança jurídica... é um discurso muito disfarçado. As posições radicais são muito disfarçadas...e todo mundo fala de meio ambiente, como se tudo fosse viável, tudo fosse compatibilizado. Para os representantes do agronegócio, os radicais somos nós... A gente é que é radical de não entender o lado deles. Então eu acho que às vezes pode parecer que algumas coisas ele acha que são mais fáceis de resolver. A própria Marina, quando se escuta a Marina falando do Carlos Fávaro, do Ministério da Agricultura, parece que está tudo bem, tudo resolvido.

¹ Nota das editoras: O presidente Luis Inácio Lula da Silva sancionou, em outubro de 2023, com diversos vetos a Lei 14.701, que trata do reconhecimento, demarcação, uso e gestão de terras indígenas. O principal artigo vetado é o que estabelecia que os povos indígenas só teriam direito às terras que ocupavam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. No entanto, em dezembro de 2023, o Congresso Nacional derrubou os vetos do presidente.

DD – Mas talvez nesse ponto a Marina esteja sendo bastante diplomática...

AR – Sim, também, mas Lula também. Se também tem uma coisa que ele sabe fazer, é isso, né? Aí ele vai levando quando chegar lá na frente, ele vê como resolve...

DD – E o Ministério dos Povos Indígenas, como você avalia essa novidade do governo Lula 3?

AR – Então, eu acho que o Ministério dos Povos Indígenas, a gente só vai poder avaliar a partir do ano que vem, quando ele tiver orçamento real, né? Porque por enquanto ele ainda está sendo estruturado. Então acho que ele tem muito boa vontade, é um Ministério simbólico. Ele não era uma demanda dos indígenas, foi uma proposta da cabeça do Lula. Na minha avaliação, foi uma resposta meio torta à demanda que estava sendo posta para ele, porque ele avisa que vai fazer o Ministério dos Povos Indígenas no momento em que a Sonia Guajajara estava fazendo um discurso e dizendo: “nós queremos estar em todos os espaços.” E aí Lula diz “eu vou criar um Ministério para vocês”. Para mim é uma resposta simplista...vou dar uma pasta para vocês mas não vou abrir um espaço para vocês em todo lugar, então acho que a primeira coisa é isso. Não era uma demanda dos indígenas. Agora os indígenas são também muito diplomáticos e são muito bons de política. Eles não vão dizer que não... É um espaço de poder e nós vamos assumir. Houve até uma certa disputa. Tanto é que acho que um dos desafios é compatibilizar o trabalho da FUNAI com o Ministério dos Povos Indígenas, de caminharem no mesmo caminho. Então eu acho que o Ministério foi estruturado considerando os principais tópicos e temas que a política indigenista tem que pautar. Ele é uma vitória no sentido do reconhecimento das capacidades, do protagonismo dos povos indígenas. Mas a real eficiência dele a gente só vai poder avaliar na medida em que começar a ter o orçamento e que ele puder fazer uma agenda própria. Hoje você tem uma FUNAI com atribuições muito fortes, estabelecidas com o orçamento. Então, ela já sabe o que ela tem que fazer. E temos um Ministério que está se construindo, inclusive se reajustando depois da perda das atribuições da demarcação que foi a primeira coisa que o governo entregou. Entregou, sem pressão, duas semanas antes da votação da medida provisória já se sabia que o governo tinha entregado isso. A Ministra foi avisada apenas. E eu acho que vai ser um dos grandes desafios também do próprio movimento indígena. Como fazer valer os seus direitos sem fragilizar a posição da Sonia que vai sempre ser uma liderança importante para o movimento.

DD – Sim, porque, ela é a principal liderança mulher indígena está hoje no governo. Então esse desafio dela manter a pauta original, mas estando ali no governo, tendo que aceitar uma série de limitações e perdas, enfim.

AR – E uma pressão do governo para que ela “segure” a base, o que é descabido.

DD – Falando um pouco mais sobre o movimento indígena, recentemente, em setembro houve a III Marcha das Mulheres Indígenas aqui em Brasília. Como você avalia esse movimento?

AR – Ah, a Marcha foi maravilhosa, né? A Marcha pra mim é inclusive a demonstração inequívoca da força das mulheres indígenas porque a ANMIGA estava literalmente esvaziada. Depois que a Sonia montou o Ministério de Povos Indígenas, que a Célia montou o gabinete dela e a Joenia a FUNAI, a ANMIGA ficou apenas com uma pessoa com um pouco mais de experiência, que foi a Brulina Baniwa, que arregimentou uma galera. E aí, claro, contou com o apoio dessas pessoas que estão nas instituições.... Mas a ANMIGA que foi a articulação, ela ficou muito prejudicada, todas as principais lideranças foram para o governo. Então a capacidade delas de fazer uma marcha desse tamanho e se reorganizar foi impressionante.

DD – De fato, havia um grande risco de esvaziamento do movimento das mulheres indígenas com as principais lideranças no governo e no Legislativo. Os números falam em mais de 5 mil mulheres indígenas na Marcha...

AR – Foram pelo menos 5 mil pessoas, provavelmente, mas, de qualquer maneira é bastante coisa. Inclusive se você pensar, são várias iniciativas, é Acampamento Terra Livre, é a mobilização do marco temporal, é a Marcha... conseguir apoio do movimento para tudo isso, ter gente na rua em todas essas atividades é impressionante.

DD – Nessa interface gênero e clima, as mulheres indígenas são o grande grupo...

AR – É, elas estão à frente, né? As mulheres indígenas estão à frente do ponto de vista de organização e de apropriação dessa temática. Essa marcha mostra um pouco isso, porque a própria ANMIGA ela se articula inicialmente muito mais em torno dos próprios financiamentos para a área de gênero do que nessa área de floresta e clima, mas não tem mais dinheiro para gênero... Então elas conseguiram fazer essa conexão que é intrínseca à luta delas. E essa agenda também fortalece a captação de recursos. A agenda do clima é praticamente a única que tem dinheiro hoje. Todo mundo quer trabalhar com esse assunto, todo mundo quer trabalhar com a Amazônia. Mesmo organizações que trabalham com outros lugares do Brasil, com diferentes temáticas hoje todo mundo quer incluir Amazônia... É bem-vindo, claro, embora a Amazônia, apesar de todos os problemas, é um lugar com muito conhecimento a respeito, já tem muita gente trabalhando, então os que chegam agora tem que vir para agregar. Temos novas demandas, mas não adianta vir só para surfar na onda.

DD – Talvez uma novidade muito relevante seja a forte relação da agenda indígena e climática com a questão da segurança pública por causa da economia da droga...

AR – Esse é um bom exemplo. A questão da segurança pública na Amazônia dá oportunidade

para instituições que atuam com o tema, mas precisamos tomar cuidado. Por exemplo eu vi alguns relatórios com análises das operações das ações da polícia federal. Uma análise em cima desses bancos de dados de incidência por município e tal. Só que é uma base de dados das ações da polícia federal, onde a prisão do maior grileiro da Amazônia vai ser igual a uma ação de busca e apreensão de documentos num escritório, num cartório, XYZ. Então você tem uma ação pontualzinha que nas bolinhas dos gráficos equivale a uma mega ação aqui, e aí uma série de análises de quantidades e tal que, na verdade, não dizem muita coisa sobre o que é que aquilo impacta no estado. E no final tem uma conclusão que diz algo assim, que a questão da segurança pública é um problema que vulnerabiliza as comunidades - o que é verdade, e uma das soluções apontada era a promoção das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. O que uma coisa tem a ver com a outra? Porque se você coloca isso dessa maneira, o que parece é que quem está envolvido no crime organizado na Amazônia são os indígenas e as comunidades tradicionais, então você tem que dar alternativa para eles saírem do crime? Não! Quer dizer, a agenda de promoção da sociobiodiversidade na Amazônia é uma agenda importante para o desenvolvimento, para o fortalecimento das comunidades, até para o enfrentamento da segurança, mas não é uma relação de causa e efeito de uma coisa para outra, por que senão você está dizendo o quê? Que quem está envolvido no crime organizado são as comunidades? É uma bobagem, e está levando a um risco de levar para a Amazônia o modelo de guerra às drogas, que a gente já sabe que penaliza os mais vulneráveis.

DD – Sim, esse tipo de conclusão é perigosa e pode fortalecer o racismo ambiental de que falamos no início...

AR – Então eu acho que tem uma coisa de que é o chamado da oportunidade, do interesse na agenda climática e na Amazônia, mas que as pessoas precisam se aprofundar, olhar um pouco sobre o que é que elas de fato têm de conhecimento, o que agrega, saber aprender um pouco, porque senão vira uma loucura e daqui a pouco a gente terá que ficar dizendo que “Ah, não é bem assim.” Para as outras organizações que estão entrando fica parecendo que você tem uma reserva de mercado, mas não é isso! São situações complexas! Não dá para vir aqui achando que frases feitas genéricas resolvem, porque coincidem com o que está escrito no edital, que vai ajudar a ter financiamento...especialmente nessa questão da segurança. Eu estou meio preocupada como certas coisas estão caminhando...

DD – Pensando sobre esse problema da pulverização da ação social em termos dos movimentos e ONGS socioambientais talvez seja importante reativar uma certa concertação das ações... Nós já tivemos um papel muito relevante do FBOMS, o Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais, como você analisa esse tipo de fórum hoje?

AR – Hoje o FBOMS voltou a funcionar, mas ele tem um alcance reduzido. Ele foi criado na época para a organização do fórum global da Rio 92. E durante muito tempo ele funcionou

como a principal rede da sociedade civil, juntava diferentes organizações. Hoje eu acho que a rede mais forte que a gente tem nesse campo socioambiental é o Observatório do Clima, que incorpora vários dos movimentos sociais, como a APIB, CONAQ e tem mais de 90 organizações e tem uma vida de rede que é uma vida orgânica muito forte, então tem uma capacidade, uma presença forte. Mas não tem, digamos, um coletivo mais amplo do que isso. Mas a gente tem se articulado muito em grupos temáticos a depender das frentes. Mas essas organizações que entram muito por essa via da produção do conhecimento e geração de dados não se articulam nesse coletivo. Elas não vêm para o debate político, não vem para uma rede como o Observatório do Clima, a gente não os vê nesses espaços...

DD – Nesse sentido, o Isa é mais trabalhar ferramentas jurídicas de mobilização política

AR – A gente tem várias linhas de ação, mas todo o trabalho da gente é feito em articulação com outros coletivos, seja com as parcerias regionais ou locais, seja redes nacionais e internacionais.

DD – Vocês produzem dados também?

AR – A gente produz dados também, mas a gente não é uma organização de produção de dados. Eu sempre brinco aqui com todo mundo que a gente contrata, seja pesquisador, seja na área de produção de dados, seja jornalista, que a gente não é uma instituição de ciência, nem a gente é um órgão de imprensa, o que significa dizer que tudo o que você produzir de dados ou o que você apurar de informação a princípio é para subsidiar o trabalho e só vai a público de modo a fortalecer a luta. Porque a gente não tem a obrigação, a gente não está aqui para produzir dado por dado. A gente tem uma discussão muito antiga sobre isso, porque tem muita gente que trabalha com dado e acha que o fato de você publicar aquilo é incidência política. Quando saiu o relatório da CPI da Funai, do INCRA, o relatório citou os dados do ISA do cabo a rabo, mas para dizer tudo ao contrário do que a gente defende. Produzir e divulgar dados não é fazer incidência política necessariamente, né?

DD – Então, produção de dados é meio e não fim?

AR – Para mim, a nossa comunicação também é isso, sempre falo para nosso pessoal da comunicação que diz assim “Ah, vou fazer uma apuração para fazer uma matéria!” Ótimo, mas lembre que você não trabalhar num órgão de imprensa... porque se você chegar a um resultado da tua matéria que não vai fortalecer o que é a nossa luta, a nossa missão institucional, isso não vai ser publicado da mesma forma. Aí você vai trabalhar num órgão de imprensa que tem essa obrigação de publicar, teoricamente independente da missão e dos valores...

DD – Muito obrigada pela entrevista, foi bastante esclarecedora para compreendermos o

momento atual, de grande esperança e também de muitos desafios para a agenda socioambiental.

AR – De nada, foi um prazer!

Dados de autoria

Denise Vitale

Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA). E-mail: denisevitale@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0777-3642>

Danielle Hanna Rached

Doutora e mestre em Direito Internacional pela Universidade de Edimburgo, Escócia; e mestre em Direito Administrativo pela Universidade de São Paulo. É professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). É pesquisadora do Center on Law and Social Transformation (CMI/U. de Bergen, Noruega). E-mail: daniellerached@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6759-3459>.